

Avaliação IN LOCO

GLOSSÁRIO DOS INSTRUMENTOS DE AVALIAÇÃO EXTERNA

4ª EDIÇÃO

Equipe Avaliação *in loco*

Atualizado em: 02/09/2019

Glossário – 4ª Edição

No Editorial da 3ª Edição, abordamos que em 2019 faríamos investimentos em estudos para a revisão e ampliação do processo de avaliação. De fato, a equipe da Avaliação in loco tem despendido esforços para que as modificações representem disrupção (em direção à celeridade e à qualidade) e inovação (tanto para a avaliação externa quanto para a autoavaliação).

Na busca pela melhoria contínua, o Glossário tem sido um instrumento de suporte para vários atores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – Sinaes, e pudemos verificar que sua consulta prévia permite um melhor entendimento do processo e dos instrumentos. No limite, tem sido um guia para os atendimentos externos pela equipe.

Dado o reconhecimento do seu papel, o Glossário foi incorporado com sucesso no Aplicativo Avaliação in loco (disponível gratuitamente para IOS e Android) e o usuário pode consultar todos os verbetes pelo seu *smartphone*. Evoluções estão sendo desenvolvidas para otimizar sua utilização em termos de eficiência e experiência de uso.

A avaliação externa preconizada pelo Sinaes, ativa e operacional, e os frutos das mudanças, em breve, estarão à disposição de todos. Fique atento, pois a terceira edição do Informativo está em fase final de confecção.

Boa leitura.

Glossário – 3ª Edição

Em 2017 a Coordenação-Geral de Avaliação dos Cursos de Graduação e Instituições de Ensino Superior - CGACGIES, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes, iniciou um ciclo de transformações que foram consolidadas em 2018, abrangendo diversos aspectos desde a mudança na legislação até a reestruturação completa dos Instrumentos de Avaliação Externa.

Os resultados alcançados em 2018 foram excepcionais. As modificações planejadas pela CGACGIES não representam um investimento único e isolado, ao contrário significam um fluxo constante em direção à melhoria contínua. O ano de 2019 não é exceção, pois se buscará a revisão e ampliação do processo.

Boas práticas permanecerão aquecendo a verve que motiva sinergicamente o planejamento, os estudos e as ações da nossa equipe. O Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa, enquanto documento vivo, continuará sendo atualizado e aperfeiçoado.

Tivemos muitas participações, com críticas e sugestões que foram apreciadas e que fundamentaram algumas das alterações para esta versão. Entendemos, também, que este é um espaço privilegiado em que podemos conceituar elementos que influenciam diretamente a percepção dos instrumentos e que, para além disso, é um espaço para trazer à evidência conceitos relevantes a todo o processo avaliativo.

Continuamos abertos ao diálogo e em busca do estreitamento das relações com nosso público interessado.

Boa leitura.

Glossário – 2ª Edição

Em maio de 2018 a Coordenação de Avaliação in loco, da Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES), lançou a primeira edição do Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa com o objetivo de que ele fosse um instrumento vivo, no sentido da sua utilização legítima e bem-sucedida e na perspectiva de uma atualização periódica.

Consideramos que tal objetivo foi alcançado. Tivemos contribuições, críticas e relatos de várias pessoas que, de uma forma ou de outra, trabalham diretamente com a educação superior. E, na outra ponta, vimos trabalhando no sentido de ampliar o número de verbetes e atualizar os termos contidos na versão anterior. São, ao todo 22 (vinte e duas) novidades, entre revisões, agrupamentos e novas entradas.

Continuamos abraçando a transparência e buscando a expansão da comunicação com nosso público interessado, nas suas diferentes materializações. Participe, contribua.

Boa leitura.

Glossário – 1ª Edição

Desde 2016 a Coordenação de Avaliação in loco da Diretoria de Avaliação da Educação Superior - DAES do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP está implementando um grande conjunto de mudanças em seus procedimentos e instrumentos, aliados a uma releitura da legislação.

O Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa é mais um elemento neste contexto em transformação. Novos verbetes foram acrescentados, uma revisão dos termos relevantes e seus significados foi realizada e novas formas foram desenhadas para favorecer o acesso e a consulta.

A ousada pretensão é que o Glossário seja efetivamente um documento vivo, com atualização periódica e consulta constante. E, nessa esteira, a participação do público interessado pela avaliação da educação superior é mais do que bem vinda para que se possa delinear uma cognição compartilhada e sinérgica à indução da qualidade na educação superior.

Boa leitura.

Nuvem de palavras do Glossário dos Instrumentos de Avaliação Externa



Termos novos ou revisados – 4ª Edição

Novos

- Apropriação
- Complexidade do atributo
- Ofício de designação
- Repositório Institucional
- Sala de apoio à informática
- TCC institucionalizado
- Tombamento

Revisados

- Ambiente Virtual de Aprendizagem
- Conceito faixa e contínuo
- Critério de análise
- Periódicos especializados

- [Acervo acadêmico](#)
- [Acessibilidade](#)
- [Acesso físico na IES](#)
- [Ações afirmativas](#)
- [Ações comprovadamente exitosas](#)
- [Acordo de nível de serviço](#)
- [Agências de fomento](#)
- [Ambiente Virtual de Aprendizagem \(AVA\)](#)
- [Ambientes profissionais](#)
- [Apoio psicopedagógico](#)
- [Apropriação](#)
- [Atendimento Educacional Especializado \(AEE\)](#)
- [Atividades de pesquisa](#)
- [Atributos](#)
- [Autoavaliação institucional](#)
- [Avaliação](#)
- [Avaliação Externa](#)
- [Banheiro familiar](#)
- [Base tecnológica institucional](#)
- [Bibliografia](#)
- [Coleta e análise de dados](#)
- [Comissão Própria de Avaliação \(CPA\)](#)
- [Comitê de Ética em Pesquisa](#)
- [Comitê de Ética na Utilização de Animais \(CEUA\)](#)
- [Competências](#)
- [Complexidade do atributo](#)
- [Comunidade acadêmica](#)
- [Conceito faixa e conceito contínuo](#)
- [Condições Ergonômicas](#)
- [Convênios internacionais](#)
- [Corpo docente](#)
- [Critério de análise](#)
- [Cursos na Área de Saúde](#)
- [Dimensões-Sinaes](#)
- [Docente](#)
- [Egresso](#)
- [Eixos da Avaliação Institucional](#)
- [Empreendedorismo](#)
- [Equipe](#)
- [Espaço para atendimento ao aluno](#)
- [Evidências](#)
- [Extensão](#)
- [Fontes captadoras de recursos](#)
- [Formação](#)
- [Fraldário](#)
- [Inclusão](#)
- [Indicadores de desempenho](#)
- [Índice de Qualificação do Corpo Docente \(IQCD\)](#)
- [Infraestrutura de execução e suporte](#)
- [Iniciação científica](#)
- [Inovação](#)
- [Instituição de Educação Superior \(IES\)](#)
- [Interdisciplinaridade](#)
- [Internacionalização](#)
- [Laboratório](#)

- [Memória cultural](#)
- [Metas objetivas e mensuradas](#)
- [Mobilidade acadêmica](#)
- [Monitoria](#)
- [Não se aplica \(NSA\)](#)
- [Nivelamento](#)
- [Núcleo Docente Estruturante \(NDE\)](#)
- [Número de Vagas](#)
- [Ofício de Designação](#)
- [Ouvidoria](#)
- [Organização Acadêmica](#)
- [Patrimônio Cultural](#)
- [Periódicos Especializados](#)
- [Plano de Ação](#)
- [Plano de Contingência](#)
- [Plano de Desenvolvimento Institucional \(PDI\)](#)
- [Plano Nacional de Educação \(PNE\)](#)
- [Políticas institucionais](#)
- [Polo de Educação a Distância](#)
- [Pós-graduação *lato sensu* \(especialização\)](#)
- [Pós-graduação *stricto sensu*](#)
- [Produção científica, cultural, artística e tecnológica](#)
- [Programa](#)
- [Projeto Pedagógico de Curso \(PPC\)](#)
- [Recursos tecnológicos diferenciados](#)
- [Rede Lógica](#)
- [Redundância](#)
- [Regime de trabalho docente](#)
- [Relato Institucional](#)
- [Relatório de adequação dos indicadores Bibliografia básica e Bibliografia Complementar](#)
- [Relatório de estudo](#)
- [Repositório institucional](#)
- [Responsabilidade social da IES](#)
- [Revista acadêmico-científica](#)
- [Sala de apoio à informática](#)
- [Sede da IES](#)
- [Segurança da Informação](#)
- [Subjetividade](#)
- [Sustentabilidade financeira](#)
- [TCC institucionalizado](#)
- [Tecnologia de Informação e Comunicação](#)
- [Titulação acadêmica](#)
- [Tombamento](#)
- [Tutoria na \(modalidade a distância\)](#)
- [Unidade Curricular](#)

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), acervo é o “Conjunto de bens que fazem parte de um patrimônio”.



Para efeito dos procedimentos de avaliação in loco o acervo acadêmico é "o conjunto de documentos produzidos e recebidos por instituições públicas ou privadas que ofertam educação superior, pertencentes ao sistema federal de ensino, referentes à vida acadêmica dos estudantes e necessários para comprovar seus estudos." Art. 37, da Portaria nº 315, de 4 de ABRIL DE 2018.

ACERVO ACADÊMICO

Chamamos atenção para o Art. 39, no § 1º, diz que "[o] acervo acadêmico poderá ser averiguado a qualquer tempo pelos órgãos e agentes públicos, para fins de regulação, avaliação, supervisão e nas ações de monitoramento.". O § 3º assevera que "[o]s documentos em meio físico e em meio digital deverão estar disponíveis no endereço para o qual a IES foi credenciada."



Ainda de acordo com a referida Portaria, Art. 38, "[a]s IES e suas mantenedoras, integrantes do sistema federal de ensino, ficam obrigadas a manter, sob sua custódia, os documentos referentes às informações acadêmicas, conforme especificações contidas no Código de Classificação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior e na Tabela de Temporalidade e Destinação de Documentos de Arquivo Relativos às Atividades-Fim das Instituições Federais de Ensino Superior, aprovados pela Portaria AN/MJ nº 92, de 23 de setembro de 2011[...]".

O § único diz que "[o] acervo acadêmico será composto de documentos e informações definidos no Código e na Tabela mencionados no caput, devendo a IES obedecer a prazos de guarda, destinações finais e observações neles previstos."

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), acessibilidade pode ser definida como “1 Facilidade de acesso; qualidade do que é acessível. 2 Facilidade de aproximação, de procedimento ou de obtenção.”

⚠ O significado do termo "acessibilidade" não deve ser confundido com a ideia de "acesso físico na IES" que consta nos indicadores 3.6 (Bibliografia básica por Unidade Curricular) e 3.7 (Bibliografia complementar por Unidade Curricular) nos instrumentos de avaliação externa de cursos.

ACESSIBILIDADE

Considerando a utilização do termo no contexto da avaliação da educação superior, trata-se da “Possibilidade e condição de alcance para utilização, com segurança e autonomia, de espaços, mobiliários, equipamentos urbanos, edificações, transportes, informação e comunicação, inclusive seus sistemas e tecnologias, bem como de outros serviços e instalações abertos ao público, de uso público ou privados de uso coletivo, tanto na zona urbana como na rural, por pessoa com deficiência ou com mobilidade reduzida” (Lei 13.146/2015 – art. 3º, inciso I).

A acessibilidade pode ser:

- atitudinal: ausência de barreiras impostas por preconceitos, estigmas, estereótipos e discriminações. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade e de conscientização e a convivência com a diversidade humana;

- comunicacional: ausência de barreiras na comunicação interpessoal, na comunicação escrita e na comunicação virtual (acessibilidade no meio digital). Para garantir essa dimensão de acessibilidade, é importante a aprendizagem da língua de sinais, utilização de textos em Braille, textos com letras ampliadas para quem tem baixa visão, uso do computador com leitor de tela, etc.;

- digital: ausência de barreiras na disponibilidade de comunicação, de acesso físico, de tecnologias assistivas, compreendendo equipamentos e programas adequados, de conteúdo e apresentação da informação em formatos alternativos;

- instrumental: ausência de barreiras nos instrumentos, utensílios e ferramentas de trabalho (profissional), estudo (escolar), lazer e recreação (comunitária, turística, esportiva, etc.) e de vida diária. Auxiliam na garantia dessa dimensão da acessibilidade os recursos de tecnologia assistiva incorporados em lápis, caneta, régua, teclados de computador e mouses adaptados, pranchas de comunicação aumentativa e alternativa, etc; e

- metodológica: ausência de barreiras nos métodos, teorias e técnicas de ensino/aprendizagem (escolar), de trabalho (profissional), de ação comunitária (social, cultural, artística etc.), de educação dos filhos (familiar), etc.

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), acesso é o "1. ato e resultado de ingressar; entrada, ingresso; ato ou efeito de acessar; 2. comunicação com unidade de armazenamento, conexão à internet ou a outro tipo de rede ou sistema".



No contexto da avaliação externa, enquanto atributo necessário ao conceito 3 (e, por consequência da lógica aditiva, também para os conceitos 4 e 5) nos indicadores de bibliografia básica e complementar, refere-se à garantia dada pela IES para que os discentes possam acessar ao conteúdo do acervo virtual, inclusive nas próprias instalações da instituição.

ACESSO FÍSICO NA IES

Deve ser ter todas as condições para isso, desde local físico, passando pelo equipamento de informática, até a rede cabeada e wireless. É importante, da mesma forma, que os horários de funcionamento ao público garantam oportunidades adequada ao estudo fora do turno das aulas.



AÇÕES AFIRMATIVAS

“Políticas focais que alocam recursos em benefício de pessoas pertencentes a grupos discriminados e vitimados pela exclusão socioeconômica no passado ou no presente. Trata-se de medidas que têm como objetivo combater discriminações étnicas, raciais, religiosas, de gênero ou de casta, aumentando a participação de minorias no processo político, no acesso à educação, saúde, emprego, bens materiais, redes de proteção social e/ou no reconhecimento cultural”

(O que são ações afirmativas? – GEMAA

MICHAELIS

No dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo exitoso é um adjetivo e trata "(...) de quem ou daquilo que obtém resultados satisfatórios com frequência".



AÇÕES COMPROVADAMENTE EXITOSAS

No contexto da avaliação externa, as ações exitosas relacionam-se com a capacidade da IES de realizar práticas que, quando comparadas com outras práticas anteriores da própria IES/curso, pode-se perceber êxito atual quando comparado com a situação passada ou com o momento em que foram implantadas. Nesse contexto, cabe ressaltar a importância da documentação e geração de evidências que sustentem o êxito em relação à prática ou ao contexto anterior.

A questão do êxito caracteriza-se à luz de situação anterior, seja outra prática ou outras aprendizagens. Reforça-se, à luz da lógica dos instrumentos, que os atributos que mencionam diferenças, êxitos, inovações e conhecimento recente e inovador relacionam-se com algo que acontece atualmente em relação ao que acontecia anteriormente. Na avaliação in loco, a IES/curso deve ter disponível as evidências que comprovem tais diferenças verificadas que podem caracterizar algo como inovador, diferenciado, exitoso ou recente.

ACORDO DE NÍVEL DE SERVIÇO

Acordo geralmente estabelecido entre a área de Tecnologia da Informação e o solicitante. Descreve não apenas o serviço de TI e suas metas de nível de serviço, mas também as responsabilidades das partes envolvidas. Deve ser acordado entre estas partes (requisitantes e responsáveis pelos serviços de TI na organização) e revisado periodicamente, para assegurar sua adequação ao atendimento das necessidades organizacionais.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, fomentar significa 1.[p]romover o desenvolvimento ou o progresso de; cuidar, estimular, desenvolver →
2.Provocar ou estimular algo; incitar, instigar, semear.

No contexto da avaliação externa, são instituições que apoiam financeiramente tanto o incentivo à pesquisa científica e tecnológica, quanto a formação de recursos humanos para pesquisa no país (ex.: CNPq e CAPES).

AGÊNCIAS DE FOMENTO

"Para fomentar a pesquisa científica em universidades e instituições pelo Brasil, diversos órgãos ligados ao Ministério da Ciência e Tecnologia e secretarias estaduais fornecem apoio financeiro para pesquisadores e cientistas brasileiros." BRASIL.GOV.BR <https://bit.ly/2NYfQYY> →

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), ambiente pode ser entendido como o espaço "que envolve ou circunda os seres vivos ou coisas e constitui o meio em que se encontram".

Para efeito da avaliação, os AVA são considerados exclusivamente para os cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas integral ou parcialmente a distância.

⚠ Para efeito da avaliação, os AVA são considerados exclusivamente para os cursos na modalidade a distância e para cursos presenciais que ofertam disciplinas (integral ou parcialmente) na modalidade a distância, considerando o previsto na Portaria nº 1.428, de 28 de dezembro de 2018.

No contexto de uso do vocábulo, ambiente virtual é utilizado em contraposição ao tradicional para designar os locais em que ocorrem as situações de ensino-aprendizagem. Conta com o uso de recursos digitais de comunicação, que reúnem distintas ferramentas voltadas à interação (que ocorre mediada por linguagem e procedimentos específicos do ambiente virtual).

AMBIENTE VIRTUAL DE APRENDIZAGEM (AVA)

*Salvador, P. T. C. O.; Bezerril, M. S.; Mariz, C. M. S.; Fernandes, M. I. D.; Martins, J. C. A.; Santos, V. E. P. Objeto e ambiente virtual de aprendizagem: análise de conceito. Rev Bras Enferm [Internet]. 2017 mai-jun;70(3):599-606. Disponível em: <https://bit.ly/2TY0mYa>.

O AVA é um "sistema computacional que integra funcionalidades e ferramentas as quais possibilitam a construção de um processo de ensino-aprendizagem interativo, on-line, acessado por navegadores na internet ou em redes locais" (SALVADOR e cols., 2017)*.

Para Salvador e cols. (2017), são atributos diferenciadores do AVA: o uso de ferramentas de comunicação síncronas e assíncronas, sobretudo os fóruns e chats; o armazenamento, distribuição e gerenciamento dos conteúdos de aprendizado, que possibilitam o aprendizado flexível no tempo e espaço; e a utilização de ferramentas de controle e avaliação do processo didático, a partir de relatórios de acesso e participação, o que, de maneira fundamental, é mediado por sistemas de tutoria.

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), ambiente pode ser entendido como o espaço “que envolve ou circunda os seres vivos ou coisas e constitui o meio em que se encontram”.

Podem ser considerados ambientes profissionais: empresas públicas ou privadas, indústrias, estabelecimentos comerciais ou de serviços, agências públicas e organismos governamentais, destinados a integrarem os processos formativos de cursos superiores a distância, como a realização de atividades presenciais ou estágios supervisionados, com justificada relevância descrita no PPC.

AMBIENTES PROFISSIONAIS

⚠ Exclusivo para cursos a distância com previsão no PPC de utilização de ambientes profissionais.

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), a Psicopedagogia pode ser entendida como a “aplicação de conhecimentos da psicologia às práticas educativas; psicologia da educação, psicologia educacional”.

Considerando o contexto do instrumento, busca-se verificar se há um serviço de atendimento e acompanhamento de discentes com o objetivo de orientar em suas dificuldades, sejam elas acadêmicas ou de relacionamento interpessoal, que estejam dificultando ou impossibilitando o seu processo de ensino-aprendizagem, seu desenvolvimento pessoal ou profissional.

APOIO PSICOPEDAGÓGICO

Para a Associação Brasileira de Psicopedagogia (em <http://www.abpp.com.br/>), a “(...) Psicopedagogia é a área de conhecimento, atuação e pesquisa que lida com o processo de aprendizagem humana, visando o apoio aos indivíduos e aos grupos envolvidos neste processo, na perspectiva da diversidade e da inclusão”.



De acordo com o dicionário Priberam, apropriar remete ao ato de apropriar ou de apropriar-se, enquanto o termo “apropriar” significa 1. tornar próprio (ex.: apropriar bens) e 2. acomodar. →

O termo “apropriação”, no âmbito da avaliação externa, está associado à aquisição de um saber, ou seja, pertence ao contexto da aprendizagem. Por exemplo, apropriar-se de resultados, não quer dizer somente obter dados, mas saber utilizá-los.

APROPRIAÇÃO

Nesse sentido, transforma-se dados em informações, estas, em conhecimento e este, por sua vez, em ação. É no âmbito da ação que a ideia de apropriação se materializa, ou seja, só é possível considerar que algo foi apropriado quando há evidências de mudanças na IES ou no curso relativo ao objeto ou atributo avaliado. Ex: “com evidência da apropriação dos resultados pela comunidade acadêmica”.

⚠ Importante: há momentos em que o termo apropriado é utilizado como adjetivo, ou seja, refere-se ao quão adequado um atributo está em relação ao contexto. Ex.: “O Ambiente Virtual de Aprendizagem, constante no PPC, apresenta materiais, recursos e tecnologias apropriadas (...)”.

Acrescenta-se, ainda, que apropriação difere de divulgação, pois nem sempre o que é divulgado é apropriado.

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis, especial significa “peculiar a uma coisa ou pessoa; individual, particular; que se aplica exclusivamente a uma coisa ou pessoa ou a uma categoria particular de coisas ou pessoas; fora do comum; excepcional, extraordinário, invulgar, seleta”.

No contexto da avaliação externa, trata-se de um serviço da educação especial que “identifica, elabora, e organiza recursos pedagógicos e de acessibilidade, que eliminem as barreiras para a plena participação dos alunos, considerando suas necessidades específicas” (Revista da Educação Especial. v. 04. n 05. Brasília: SEESP, 2008. p. 15).

ATENDIMENTO EDUCACIONAL ESPECIALIZADO - AEE

Segundo o Art. 4º da Resolução CNE/CEB 4/2009 (em http://portal.mec.gov.br/dmdocuments/rceb004_09.pdf), “considera-se público-alvo do AEE:

I – Alunos com deficiência: aqueles que têm impedimentos de longo prazo de natureza física, intelectual, mental ou sensorial.

II – Alunos com transtornos globais do desenvolvimento: aqueles que apresentam um quadro de alterações no desenvolvimento neuropsicomotor, comprometimento nas relações sociais, na comunicação ou estereotípias motoras. Incluem-se nessa definição alunos com autismo clássico, síndrome de Asperger, síndrome de Rett, transtorno desintegrativo da infância (psicoses) e transtornos invasivos sem outra especificação.

III – Alunos com altas habilidades/superdotação: aqueles que apresentam um potencial elevado e grande envolvimento com as áreas do conhecimento humano, isoladas ou combinadas: intelectual, liderança, psicomotora, artes e criatividade”.

MICHAELIS

Segundo o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo pesquisa pode ser entendida como um conjunto de “atividades dedicadas a novas descobertas, abrangendo todas as áreas de conhecimento”.



As atividades de pesquisa são compostas pelas de investigações acadêmico-científicas, em grupos de pesquisa institucionalizados, organizadas por cursos de graduação e de pós-graduação, seguindo a política das IES.

ATIVIDADES DE PESQUISA

Cabe, nessa esteira, considerar o entendimento do Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), disponível em: <encurtador.com.br/kAGH9>, de que a linha de pesquisa “representa temas aglutinadores de estudos científicos que se fundamentam em tradição investigativa, de onde se originam projetos cujos resultados guardam afinidades entre si”, enquanto o projeto de pesquisa “é a investigação com início e final definidos, fundamentada em objetivos específicos, visando a obtenção de resultados, de causa e efeito ou colocação de fatos novos em evidência”.



MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, atributo significa: 1. aquilo que é característica de alguém ou de alguma coisa; 2. qualquer qualidade positiva; 3. sinal distintivo/símbolo. →

Atributo é entendido na avaliação externa como a variável ou a característica que um objeto de avaliação deve possuir para ser considerada a sua qualidade. A articulação de vários atributos define um conceito.

ATRIBUTOS

Nas explicações constantes na Nota Técnica nº 16 da CGACGIES/DAES, de 01 de dezembro de 2017, sobre a lógica do instrumento, para cada um dos conceitos possíveis para os indicadores há uma frase que determina o que deve ser verificado. Essa frase chama-se critério de análise e é definida como o "conjunto de atributos que caracterizam a qualidade do objeto de análise, associados a um conceito".

Os atributos que permitem a passagem do conceito 3 para os conceitos 4 ou 5 são denominados critérios aditivos.

Segundo a citada Nota Técnica 16/2018: "Os critérios aditivos podem ser apresentados em duas situações (...):



- I - apresentando um critério (qualidade) adicional a ser verificado/investigado in loco ou;
- II - sugerindo diferentes níveis de complexidade em que o critério de análise pode se apresentar".

A presença ou ausência dos atributos elevam ou suprimem a complexidade do critério de análise. Dessa forma, são estabelecidas as diferenças existentes entre os que estão aquém (conceitos 1 e 2) ou além (conceitos 4 e 5) do conceito satisfatório (3).

MICHAELIS

Autoavaliação, no dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), refere-se a um “procedimento de avaliar-se por si mesmo; ponderação das medidas do próprio grau de desempenho”.

A autoavaliação institucional tem como objetivos produzir conhecimentos, refletir sobre as atividades cumpridas pela instituição, identificar as causas dos seus problemas, aumentar a consciência pedagógica e capacidade profissional do corpo docente e técnico-administrativo, fortalecer as relações de cooperação entre os diversos atores institucionais, tornar mais efetiva a vinculação da instituição com a comunidade, julgar acerca da relevância científica e social de suas atividades e produtos, além de prestar contas à sociedade.

AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL

A Lei nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece em seu Art. 3º, Inciso VIII, que a autoavaliação é um dos elementos a serem considerados no processo de avaliação das IES.

MICHAELIS


Segundo o Dicionário Michaelis "avaliar" significa 1. Calcular ou determinar o valor, o preço ou o merecimento de (...); 2. Apreciar o valor de algo ou alguém (...); 3. Supor previamente; julgar segundo certas probabilidades; pressupor, presumir.

Avaliar tem vários sinônimos, para os seus três sentidos principais:
 1. apreciar, julgar, analisar, ponderar;
 2. taxar, determinar, estimar; e
 3. computar, calcular, orçar.

Para a avaliação in loco o sentido é o de "apreciar o mérito", o que não é tão evidente dado que os sinônimos 'apreciar', 'julgar' e 'analisar', por exemplo, têm nuances que os distinguem.

AVALIAÇÃO

Interna



No âmbito do Sinaes, tem como objeto de análise a própria instituição, observa as dez dimensões institucionais, envolve a participação de toda a comunidade académica e a sociedade civil e, como insumo final, apresenta um relatório anual que subsidia a avaliação institucional externa. A autoavaliação, em consonância com o Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) da IES, deve ser vista como um processo de autoconhecimento conduzido pela Comissão Própria de Avaliação (CPA).

Para a Coordenação-Geral de avaliação in loco a estruturação dada por Ferraz e Belhot (2010) sobre a Taxonomia de Bloom no domínio cognitivo provê uma aproximação relevante. Avaliar está "relacionado a realizar julgamentos baseados em critérios e padrões qualitativos e quantitativos ou de eficiência e eficácia". Na Taxonomia é um dos níveis mais elevados, abaixo apenas de "criar" que remete a "uma nova visão, uma nova solução, estrutura ou modelo utilizando conhecimentos e habilidades previamente adquiridos".

FERRAZ, A.N.C.M.; BELHOT, R.V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. Gest. Prod., São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010.

Externa



Processo que avalia uma instituição, um programa ou um desempenho, utilizando critérios estabelecidos e coerentes com o objetivo da avaliação, conduzido por avaliadores externos ao contexto do objeto a ser avaliado.

No que tange a classificação da avaliação em programas e políticas públicas, Simões (2015) destaca que "quando o foco é o tipo de pergunta que se quer responder a avaliação se classifica como diagnóstica, de processo ou de utilidade".

SIMÕES. A.A. Avaliação de Programas e Políticas Públicas. Programa de Aperfeiçoamento de Carreiras, Disponível em <encurtador.com.br/bfE13>, acesso em 13/07/2018, 2015.

A avaliação formal, para Rua (s/d) é "(1) um julgamento (porque envolve valores) (2) sistemático (porque baseia-se em critérios e procedimentos previamente reconhecidos) (3) dos processos ou dos produtos de referência (4) uma política, programa ou projeto, tendo como referência (5) critérios explícitos, a fim de contribuir para (6) o seu aperfeiçoamento, a melhoria do processo decisório, o aprendizado institucional e/ou o aumento da accountability".



RUA, M.G. Avaliação de Políticas, Programas e Projetos: Notas Introdutórias. Disponível em: ENAP - Escola Nacional de Administração Pública - Bem Vindo a ENAP!downloads/ec43ea4fUFAM-MariadasGraAvaliaPol.pdf, acesso em 13/07/2018, s/d.

AVALIAÇÃO EXTERNA

Para a avaliação in loco, trata-se de um processo que avalia uma instituição, um programa ou um desempenho, utilizando critérios estabelecidos e coerentes com o objetivo da avaliação, conduzido por avaliadores externos ao contexto do objeto a ser avaliado.

O Art. 3º que estabelece os objetivos e as dimensões a serem considerados nas avaliações institucionais, em seu § 2º estabelece que para a "(...) avaliação das instituições, serão utilizados procedimentos e instrumentos diversificados, dentre os quais a autoavaliação e a avaliação externa in loco".

Art. 2º, da Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que instituiu o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES, estabelece que "ao promover a avaliação de instituições, de cursos e de desempenho dos estudantes, deverá assegurar:
I - avaliação institucional, interna e externa, contemplando a análise global e integrada das dimensões, estruturas, relações, compromisso social, atividades, finalidades e responsabilidades sociais das instituições de educação superior e de seus cursos".

Instalação sanitária que se destina exclusivamente para o uso de pais, mães ou responsáveis, acompanhados de crianças que não tenham condições de ir ao banheiro sozinhas.

BANHEIRO FAMILIAR

BASE TECNOLÓGICA INSTITUCIONAL

Conjunto de serviços tecnológicos compartilhados em ambiente local e/ou remoto, que compõe o arcabouço de ferramentas da instituição.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, bibliografia significa: "1. Área do conhecimento que tem por objeto a descrição e classificação de textos impressos, mediante critérios de sistematização definidos (autoral, histórico, geográfico, cronológico, temático etc.), de modo a viabilizar e facilitar o acesso a eles"; "2. O inventário metódico elaborado, como resultado dessa classificação" e "3. Relação de obras editadas sobre determinado assunto." →

No recorte feito para os instrumentos de avaliação externa, considera-se que o acervo bibliográfico pode ser FÍSICO, VIRTUAL ou MISTO (virtual + físico). Os indicadores 3.6 (bibliografia básica) e 3.7 (bibliografia complementar) admitem esses três tipos de acervo, portanto não havendo restrição com relação modalidade ou do ato autorizativo para cursos.

BIBLIOGRAFIA

Considera-se o acervo virtual o conteúdo de uma coleção privada ou pública, podendo ser de caráter bibliográfico, artístico, fotográfico, científico, histórico, documental ou misto e com acesso universal via internet.

Marques (2008-09)* ressalta que a distinção entre biblioteca física e virtual não é muito clara na literatura. Não obstante, para fins de avaliação, essa diferença não produz impacto nas atividades ou na opção por um conceito por parte da comissão avaliadora. ⚠

- tradicional: "é uma coleção de livros organizados a partir de uma classificação do conhecimento humano, inserida em um ambiente físico, ou seja, encerrada entre paredes";

De acordo com Marques (2008-09)*, a biblioteca pode ser:

- virtual: "quando está ligada à realidade virtual, que utiliza ferramentas para acesso à informação no ambiente virtual".

*Referência:

MARQUES, Eliana de Azevedo. Biblioteca Virtual/Biblioteca Digital/Biblioteca Tradicional. REVISTA USP, São Paulo, n.80, p. 18-27, dezembro/fevereiro. 2008-2009. →

COLETA E ANÁLISE DE DADOS

MICHAELIS

Segundo o Dicionário Michaelis: →

- coleta é o “Ato ou efeito de colher; arrecadação, recolhida”.

- análise é o “Exame pormenorizado de cada elemento componente de um todo, com o objetivo de investigar sua natureza, suas causas, funções, proporções, etc”.

- dados remetem à “Representação de fatos, conceitos e instruções, por meio de sinais, de maneira formalizada, possível de ser transmitida ou processada pelo homem ou por máquinas”.

- informação é o “Conjunto de conhecimentos acumulados sobre certo tema por meio de pesquisa ou instrução”.

A coleta de dados refere-se ao ato de se obter informações específicas, geralmente por meio de um instrumento desenhado para esse fim, sobre determinado fenômeno do qual se deseja investigar as causas ou estrutura, por exemplo. A análise dos dados refere-se ao ato de transformar o conjunto de informações previamente coletados, por meio de estratégias e técnicas analíticas apropriadas à natureza dos dados, para que deles sejam derivadas informações que possam ser posteriormente utilizada em um processo de tomada de decisão, p. ex.

Trata-se da adoção de ferramentas pelos membros da CPA para coletar, agrupar, classificar e analisar dados relativos à autoavaliação.

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), avaliar remete à "apreciação, cômputo ou estimativa da qualidade de algo ou da competência de alguém". →

Trata-se de uma comissão instituída no âmbito da IES, responsável pela condução dos processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo Inep, cuja composição assegura a participação de todos os segmentos da comunidade universitária e da sociedade civil organizada, com atuação autônoma em relação a conselhos e demais órgãos colegiados existentes na IES.

COMISSÃO PRÓPRIA DE AVALIAÇÃO (CPA)

A Lei nº 10.861, DE 14 DE ABRIL DE 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES), estabelece em seu Art. 11 que "instituição de ensino superior, pública ou privada, constituirá Comissão Própria de Avaliação - CPA".

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP) é um colegiado multidisciplinar, de caráter consultivo, com participação de pesquisadores, estudiosos de bioética, juristas, profissionais de saúde, das ciências sociais, humanas e exatas e representantes de usuários. Tem caráter deliberativo e educativo, com a finalidade de defender os interesses dos sujeitos da pesquisa em sua integridade e dignidade e para contribuir no desenvolvimento da pesquisa dentro de padrões eticamente corretos. Todas as pesquisas envolvendo seres humanos devem ter aprovação de um CEP homologado pelo CONEP (Comissão Nacional de Ética em Pesquisa), que pode ser da própria IES ou de IES parceira, indicada pelo CONEP, via Plataforma Brasil (base nacional e unificada de registros de pesquisas envolvendo seres humanos para todo o sistema CEP/Conep).

COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA (CEP)

Ao submeter um protocolo de pesquisa na Plataforma Brasil o pesquisador obtém a indicação de um CEP que fará a avaliação de seu projeto. A comprovação de que os projetos são submetidos se dá pelo protocolo na Plataforma e pelo parecer emitido pelo CEP da IES parceira, por meio da Plataforma Brasil. A IES que não possui CEP, mas prevê pesquisa com seres humanos, deve incluir, em seus regulamentos e orientações a submissão dos projetos ao sistema CEP/CONEP, bem como demonstrar as evidências de seu cumprimento.

Segundo a Resolução CNS Nº 466, de 12 de dezembro de 2012, entende-se por pesquisa com seres humanos toda pesquisa que, individual ou coletivamente, tenha como participante a pessoa humana, em sua totalidade ou partes dele, e o envolva de forma direta ou indireta, incluindo o manejo de seus dados, informações ou materiais biológicos.

Comitê de Ética na Utilização de Animais (CEUA) é um órgão multidisciplinar de caráter normativo, consultivo, deliberativo e educativo, que tem como função avaliar os protocolos de pesquisa que utilizam animais não humanos, bem como planos de aula que preveem o manuseio de animais, acompanhando também os projetos aprovados. É condição indispensável para IES com atividades de ensino ou pesquisa com animais a constituição prévia de CEUA. O Comitê deve ser credenciado pelo Conselho Nacional de Controle de Experimentação Animal (CONCEA).

COMITÊ DE ÉTICA NA UTILIZAÇÃO DE ANIMAIS (CEUA)

Na sua composição deve incluir médico veterinário e biólogo, docentes e pesquisadores na área específica e representante de sociedades protetoras de animais legalmente estabelecida. Caso a IES não possua CEUA próprio, necessariamente deverá ter parceria firmada, por convênio, com IES que o possua, com a descrição da forma de acompanhamento das atividades.

COMPETÊNCIAS

Uma competência caracteriza-se por selecionar, organizar e mobilizar, na ação, diferentes recursos (conhecimentos, habilidades e atitudes) para o enfrentamento de uma situação-problema específica. Uma competência se desenvolverá na possibilidade de ampliação, integração e complementação desses recursos, considerando sua transversalidade em diferentes situações.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, atributo significa: 1. aquilo que é característica de alguém ou de alguma coisa; 2. qualquer qualidade positiva; 3. sinal distintivo/símbolo. Atributo é entendido na avaliação externa como a variável ou a característica que um objeto de avaliação deve possuir para ser considerada a sua qualidade. A articulação de vários atributos define um conceito. →

O atributo pode apresentar um nível de complexidade crescente, do mais simples ao mais complexo, de forma cumulativa. Atento à servidão do verbo, a ação presente ou demandada pode pressupor uma ação pretérita para sua consecução. Se considerarmos, por exemplo, as categorias presentes no domínio cognitivo da Taxonomia de Bloom revisada, temos a seguinte relação: Conhecer, Entender, Aplicar, Analisar, Avaliar e Criar. Para atingir o maior grau de complexidade, ou seja, “criar”, é necessário dominar o nível anterior “avaliar”, e assim sucessivamente (FERRAZ; BELHOT, 2010). Então, cada categoria tem uma definição e um conjunto de verbos que representam o nível abordado.

COMPLEXIDADE DO ATRIBUTO

FERRAZ, A. P. C. M.; BELHOT, R. V. Taxonomia de Bloom: revisão teórica e apresentação das adequações do instrumento para definição de objetivos instrucionais. *Gestão & Produção*, São Carlos, v. 17, n. 2, p. 421-431, 2010. Disponível em: <<http://www.scielo.br/pdf/gp/v17n2/a15v17n2.pdf>>. Acesso em: 31 mai. 2019.

Assim, um determinado atributo pode se desenvolver, gradativamente, dentro dos conceitos de 1 a 5, gerando uma nova variável ou característica e não necessariamente um novo atributo, para este a denominação é “critério aditivo”.

MICHAELIS

Segundo o Dicionário Michaelis, Comunidade é 1. a qualidade ou estado daquilo que é comum a diversos indivíduos e se refere à 2. Qualquer conjunto de indivíduos ligados por interesses comuns (culturais, econômicos, políticos, religiosos etc.) que se associam com frequência ou vivem em conjunto. →

COMUNIDADE ACADÊMICA

Compreende a comunidade educacional, bem como entidades e organizações da sociedade civil; é constituída pela sociedade de forma geral, por docentes, gestores, tutores, técnicos-administrativos e demais funcionários de uma IES, que atuam no processo acadêmico.

Os conceitos resultantes dos instrumentos de avaliação podem ser expressos como Faixa ou Contínuo. Para o conceito Faixa é feito um arredondamento de valores, entre 1 e 5. Para o conceito Contínuo o resultado é expresso com precisão de duas casas decimais.

Segundo Nota Técnica nº 16/2017/CGACGIES/DAES que trata dos Novos Instrumentos de Avaliação Externa: “A fim de evitar qualquer distorção que agrupe instituições ou cursos a partir de resultados que deixem imprecisas as suas diferenças ou similaridades, os conceitos finais serão expressos da seguinte forma:

CONCEITO FAIXA E CONCEITO CONTÍNUO

1. Conceito de Curso Faixa (CCfaixa) e Conceito Institucional Faixa (CIfaixa): o conceito final será calculado considerando as ponderações previstas para cada ato, seguido de uma transformação (arredondamento) do resultado originalmente contínuo para um valor discreto variando de 1 a 5, conforme a escala do instrumento.

2. Conceito de Curso Contínuo (CCcontínuo) e Conceito Institucional Contínuo (CIcontínuo): o conceito final será calculado considerando as ponderações previstas para cada ato, e o resultado será expresso em um valor contínuo com precisão de duas casas decimais.”
Exemplificando: se após o cálculo da média ponderada dos eixos (no caso de avaliação de IES), o resultado for 4,499 o conceito contínuo será 4,50 e o faixa 5. Se o resultado final for 4,489, o conceito contínuo será 4,49 e o faixa será 4.

Por meio da realização das avaliações in loco, ocorre a geração de insumos para processos decisórios de natureza regulatória, como os Conceitos de Curso e Institucional.

⚠ Assim, o Inep não faz uso desses conceitos com a finalidade classificatória, regulatória ou de supervisão. Compete à Seres do MEC as decisões pertinentes à regulação, com o uso dos insumos produzidos pelo Inep.

⚠ É importante não confundir os conceitos faixa e contínuo referentes à avaliação in loco com os conceitos de mesma nomenclatura utilizados nos indicadores da qualidade da educação superior: Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Cursos (IGC). Os critérios para transformação do valor contínuo em faixa não são os mesmos, podendo causar erros na interpretação.

A International Ergonomics Association (IEA - em <https://www.iea.cc/whats/index.html>) define ergonomia como uma disciplina científica que busca compreender as interações entre os indivíduos e outros ambientes de um sistema (como, por exemplo, um ambiente de trabalho). Busca, a partir disso, criar subsídios para modificar o sistema e aprimorar o bem estar humano, sua segurança e produtividade, bem como o desempenho geral do sistema.

Nesse sentido, ao se referir ao conceito de condições ergonômicas, é importante considerar que existe um contexto de trabalho que, a partir de sua estrutura (instalações, equipamentos, condições climáticas e ambientais, mobiliário, por exemplo) e organização (definição de tarefas e de procedimentos, prazos e metas de trabalho, fluxo de comunicação, sistema de remuneração e benefícios, sistemas de avaliação de desempenho, relação com pares e chefia, entre outros) gera condições que podem favorecer ou prejudicar a percepção de bem estar e a produtividade dos indivíduos.

CONDIÇÕES ERGONÔMICAS

Falar de condições ergonômicas, portanto, implica avaliar como os elementos relevantes do contexto de trabalho podem gerar consequências positivas ou negativas para o trabalhador ou para a produtividade da Instituição. (ABRAHÃO, 2000)*

Ambientes de trabalho (salas de informática, salas de aula, salas de coordenação, salas dos professores, salas do NDE, salas dedicadas à pesquisa e orientação de TCC/Estágio, por exemplo).

Ao se avaliar Instituições de Educação Superior ou um curso de graduação, o conceito de condições ergonômicas pode ser aplicado na análise de:

Estruturas de apoio à atividade docente e administrativa, como setores de secretaria e de suporte técnico.

Sistemas informatizados utilizados para viabilizar a atividade de docentes, técnicos, discentes e coordenadores, como: sistemas de controle de frequência, conteúdo e notas, sistemas de comunicação entre os diversos atores institucionais, sistemas de planejamento, definição e controle de metas institucionais.



*ABRAHÃO, Júlia Issy. Reestruturação produtiva e variabilidade do trabalho: uma abordagem da ergonomia. *Psic.: Teor. e Pesq.*, Brasília, v. 16, n. 1, p. 49-54, Apr. 2000. Disponível em: <https://bit.ly/2FMGymKAcesso> em: 18 Jan. 2019.

Acordo entre instituições de ensino superior públicas ou privadas, buscando a realização de objetivos de interesse comum, por colaboração recíproca, em âmbito internacional.

CONVÊNIOS INTERNACIONAIS

CONSULTAR DOCENTE

 Clique aqui

CORPO DOCENTE

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, critério significa: 1. Padrão que serve de base para avaliação, comparação e decisão; 2. Poder de discernimento; 3. Atividade mental que leva à elaboração de padrões, a deduções e a conclusões. →

CRITÉRIO DE ANÁLISE

Da forma como foi pensada a estrutura dos novos instrumentos, cada um dos conceitos possíveis para os indicadores possui uma frase que determina o que deve ser verificado.

Critérios de análise são entendidos como a frase que determina a qualidade associada a um conceito para um dado indicador. Eles são compostos por atributos ou características de um objeto, definidos previamente, para nortear a avaliação. O instrumento, nessa perspectiva, apresenta 5 conjuntos de critérios de análise correspondentes aos conceitos de 1 a 5 a serem atribuídos a partir das evidências observadas in loco.

A Nota Técnica nº 16 da CGACGIES/DAES, de 01 de dezembro de 2017, conceitua critério de análise como o "conjunto de atributos que caracterizam a qualidade do objeto de análise, associados a um conceito".

Estes critérios modificam de tamanho e complexidade dentro de cada indicador para estabelecer a diferença existente entre aqueles que estão aquém (conceitos 1 e 2) ou além (conceitos 4 e 5) do satisfatório (conceito 3).

Para os conceitos 4 e 5 são acrescentados ao critério de análise atributos denominados critérios aditivos. Segundo a Nota Técnica 16/2018: "Os critérios aditivos podem ser apresentados em duas situações (...):

- ⚠ I - apresentando um critério (qualidade) adicional a ser verificado/investigado in loco ou;
- II - sugerindo diferentes níveis de complexidade em que o critério de análise pode se apresentar".

A definição sobre quais cursos integram a área de saúde extrapola a competência da Coordenação de Avaliação in loco da Diretoria de Avaliação da Educação Superior - Daes, do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - Inep.

Para efeito da avaliação in loco, considera-se a Classificação Internacional Normalizada da Educação - CINE*.

CURSOS NA ÁREA DE SAÚDE

O Conselho Nacional de Saúde, na Resolução CNS nº 287, de 8/10/1998, relaciona as seguintes categorias profissionais como pertencendo à área da saúde: Assistentes sociais; Biólogos; Biomédicos; Profissionais de Educação Física; Enfermeiros; Farmacêuticos; Fisioterapeutas; Fonoaudiólogos; Médicos; Médicos Veterinários; Nutricionistas; Odontólogos; Psicólogos; e Terapeutas Ocupacionais. Os cursos superiores de tecnologia na área da saúde constam no Catálogo Nacional de Cursos Superiores de Tecnologia.

A Classificação Internacional Normalizada da Educação - CINE*, intitula a área geral como "Saúde e Bem-estar". São propostas cinco áreas específicas: saúde e bem-estar sem definições pormenorizadas (090), saúde (091), bem-estar (092), programas interdisciplinares e certificações envolvendo saúde e bem-estar (098) e saúde e bem-estar não contemplados na classificação (099).

Considerando um recorte, pelo CINE*, para a área específica "saúde (091)", as áreas detalhadas são: saúde sem definição pormenorizada (0910); odontologia (0911); medicina (0912); enfermagem e obstetrícia (0913); tecnologias de diagnóstico e tratamento médico (0914); terapia e reabilitação (0915); farmácia (0916); medicina e terapia tradicional e complementar (0917); saúde não contemplada na classificação (0919).

*Classificação Internacional Normalizada da Educação - CINE, disponível em: <https://bit.ly/2RB2Yyl>

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, um dos significados de "dimensões" está relacionado a aspectos ou circunstâncias de algo; fatores; condições; elementos; variáveis; propriedades; características; princípios; termos; perspectivas; âmbitos.



Dimensões são as categorizações trazidas pela Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, que institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior - SINAES, nos instrumentos de avaliação que devem ser analisadas sob a ótica da avaliação institucional (10 dimensões) ou da avaliação de curso (3 dimensões).

DIMENSÕES - SINAES

No âmbito da avaliação dos cursos de graduação, o Art. 4º aborda as seguintes dimensões:

- I - o perfil do corpo docente;
- II - as instalações físicas; e
- III - a organização didático-pedagógica

No âmbito da avaliação institucional, o Art. 3º da referida Lei, aborda 10 dimensões que devem ser consideradas:

Os instrumentos de avaliação institucional, com o intuito de facilitar o agrupamento de indicadores com objeto semelhante, agrupou as 10 dimensões em cinco eixos, a saber:

- Eixo 1 - Planejamento e Avaliação Instituição
- Eixo 2 - Desenvolvimento Institucional
- Eixo 3 - Políticas Acadêmicas
- Eixo 4 - Políticas de Gestão
- Eixo 5 - Infraestrutura

- I - a missão e o plano de desenvolvimento institucional;
- II - a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;
- III - a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;
- IV - a comunicação com a sociedade;
- V - as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;
- VI - organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;
- VII - infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;
- VIII - planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da auto-avaliação institucional;
- IX - políticas de atendimento aos estudantes;
- X - sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior.

MICHAELIS

Segundo o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo docente é “relativo ao ensino ou àquele que ensina”, podendo ser entendido como antônimo de discente. →

DOCENTE

Corpo docente

na modalidade a distância: conjunto de profissionais vinculados à IES com funções que envolvam o conhecimento do conteúdo, avaliação, estratégias didáticas, organização metodológica, interação e mediação pedagógica, como autor de material didático, coordenador de curso e professor responsável por disciplina.

na modalidade presencial : para fins de avaliação, considera-se corpo docente o conjunto de professores com formação mínima em nível de especialização, vinculados à IES, que desenvolvam atividades de ensino na graduação.

Docente - Regime de Trabalho

No contexto do instrumento, entre outras acepções, o associa ao regime de trabalho pelo qual os profissionais que desempenham essa função foram contratados. No caso do regime de trabalho em tempo integral, compreende-se a prestação de 40 horas semanais de trabalho, na mesma instituição, nele reservado o tempo de, pelo menos, 20 horas semanais para estudos, pesquisa, trabalhos de extensão, planejamento e avaliação. Nas IES que adotam, por acordo coletivo de trabalho, o tempo integral com horas semanais diferente de 40, pelo menos 50% dessa carga horária deve ser destinado a estudo, pesquisa, extensão, planejamento e avaliação.

No contexto do instrumento, entre outras acepções, o associa ao regime de trabalho pelo qual os profissionais que desempenham essa função foram contratados. No caso do regime de trabalho em tempo parcial, compreende-se a atuação de 12 ou mais horas semanais de trabalho na mesma instituição, reservado pelo menos 25% do tempo para estudos, planejamento, avaliação e orientação de estudantes.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Egresso significa 1. "Que saiu, que se afastou"; "Que não pertence mais a um grupo, a uma comunidade"; "Ação ou efeito de sair; afastamento, retirada, saída".

Adotou-se a definição de egresso como sendo o ex-aluno diplomado por uma IES, seja ele graduado ou pós-graduado. Ainda, ressalta-se que o termo alumni seria mais apropriado por designar especificamente os ex-alunos de uma instituição de ensino, contudo preferiu-se seguir a legislação brasileira, que adotou o termo egresso. (MICHELAN; HARGER; EHRHARDT; MORÉ, 2009**)

*FERREIRA, Julio Romero. Políticas Públicas e a universidade: uma avaliação dos 10 anos da Declaração de Salamanca. In: Sadao Omote. (Org.). Inclusão: intenção e realidade. Marília: Fundepe/UNESP, 2004.

**MICHELAN, Luciano Sergio; HARGER, Carlos Augusto; EHRHARDT, Giovanni; MORÉ, Rafael Pereira Ocampo. Gestão de egressos em instituições de ensino superior: possibilidades e pontencialidades, 2009.


EGRESSO

Para efeito da avaliação externa, entende-se como egresso o aluno que concluiu um curso ou nível de ensino, tendo ele prosseguido seus estudos em um nível posterior ou ingressado no mercado de trabalho.

Em correspondência a egresso, o termo alumni é utilizado internacionalmente, e significa ex-aluno, "a graduate student of a specific school, college, or university" (DICTIONARY.COM, 2009).

Ferreira (2004)* apresenta o conceito de egresso, no âmbito educacional, como sendo o indivíduo que cumpriu a grade curricular de um curso de graduação ou pós-graduação e obteve uma titulação em determinada área do conhecimento.

CONSULTAR DIMENSÕES-SINAES

 CLIQUE AQUI

**EIXOS DA AVALIAÇÃO
INSTITUCIONAL**

EMPREENDEDORISMO

Relaciona-se com a capacidade de idealizar, coordenar e realizar projetos, serviços e negócios. "O empreendedorismo pode ser compreendido como a arte de fazer acontecer com criatividade e motivação. Consiste no prazer de realizar com sinergismo e inovação qualquer projeto pessoal ou organizacional, em desafio permanente às oportunidades e riscos. É assumir um comportamento proativo diante de questões que precisam ser resolvidas. O empreendedorismo é o despertar do indivíduo para o aproveitamento integral de suas potencialidades racionais e intuitivas. É a busca do autoconhecimento em processo de aprendizado permanente, em atitude de abertura para novas experiências e novos paradigmas" (<https://seer.imes.edu.br/index.php/revistasi/article/viewFile/612/522>).



De acordo com o Dicionário Michaelis, o termo equipe refere-se a um "Grupo de pessoas organizado para um serviço determinado".



EQUIPE

Multidisciplinar - área de saúde

Equipe formada por docentes de diferentes áreas do conhecimento que ministram diferentes unidades curriculares, oportunizando aos discentes entrar em contato com a interdisciplinaridade e com diferentes olhares sobre um mesmo objeto estudado.

Multidisciplinar - EAD

Equipe responsável por elaborar e/ou validar o material didático. Conta com "professores responsáveis por cada conteúdo de cada disciplina, bem como os demais profissionais nas áreas de educação e técnica (webdesigners, desenhistas gráficos, equipe de revisores, equipe de vídeo, etc)" (Referenciais de Qualidade para Educação Superior a Distância).

Multiprofissional

Equipe formada por diversos profissionais e que proporcionam aos discentes a oportunidade de entrar em contato com a interdisciplinaridade e diferentes olhares sobre um mesmo objeto estudado. No caso dos cursos da área de saúde, esta equipe traz aos discentes a percepção necessária de que o paciente precisa ser cuidado por diferentes profissionais para que seu atendimento aconteça com a complexidade adequada.

Espaços físicos para atendimento ao aluno, pelo coordenador ou por professores. Podem ser espaços multiuso, desde que se garanta a possibilidade de atendimento individualizado e reservado.

ESPAÇO PARA ATENDIMENTO AO ALUNO

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em Sobre o dicionário | Michaelis On-Line), evidência é a "qualidade ou caráter daquilo que é evidente, incontestável, que todos veem ou podem ver e verificar e que não deixa dúvidas" ou, em uma segunda perspectiva, é "algo que prova a existência de algo com certa probabilidade; indício, sinal(...)".

As evidências obtidas a partir de várias fontes devem confluir para o conceito emitido, de modo que o relatório as especifique e clarifique a decisão tomada.

Suficiência ocorre quando a evidência é convincente para o avaliador e para as demais pessoas interessadas.

Validade permite atribuir credibilidade e suporta o resultado da avaliação.

Relevância significa estar associado aos objetivos e aos objetos da avaliação.



Fonte: Portal da Educação

Suficiência, validade e relevância

EVIDÊNCIAS

As evidências assumem papel central porque, ao contrário dos instrumentos anteriores, em que vários indicadores articulavam (a) números e cálculos para expressar um conceito de qualidade ou (b) uma perspectiva de análise sistêmica e global, os novos instrumentos consideram que a diferença entre um conceito e outro é determinado pela presença, ou aumento da complexidade, de um atributo

o atributo é o elemento chave que distingue a qualidade aferida sobre o objeto avaliado

As evidências podem ser:

- físicas: obtidas pela observação das condições da infraestrutura e/ou do comportamento das pessoas na IES;

- documentais: relativas aos conteúdos dos documentos institucionais relevantes à avaliação;

- testemunhais: que agrega desde as entrevistas com membros da comunidade acadêmica, até a abordagem de pessoas fora de um setting de reuniões;

- analíticas: obtida pela comparação, correlação e análises que a comissão realizar sobre o objeto de avaliação.



Fonte: Portal da Educação

Segundo o Manual de Avaliação - Evidências do Observatório Escolar (SP) "Suficiência é a medição da quantidade obtida de evidências e validade e relevância são medidas da qualidade destas evidências. A decisão se determinada quantidade obtida de evidência é suficiente será influenciada pela sua qualidade".

Fonte: BUENO, V. T. S. Manual de avaliação - Evidências. Centro Paula Souza. SP.

Processo interdisciplinar educativo que promove a interação entre IES e outros setores da sociedade, aplicando o desenvolvimento científico e tecnológico junto aos agentes do meio externo.



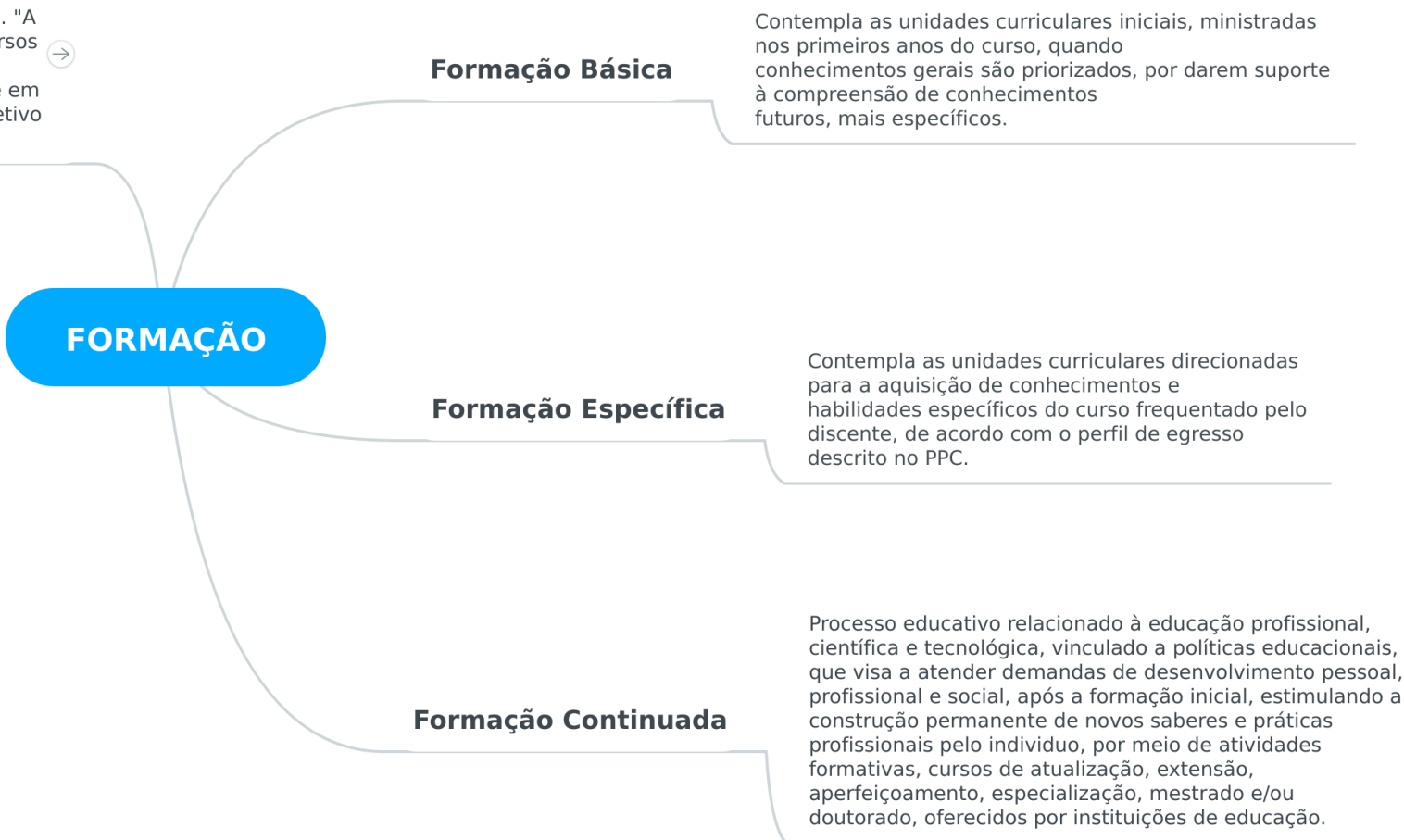
EXTENSÃO

Conjunto de atividades multidisciplinares, realizadas pelas organizações educacionais, com o objetivo de gerar recursos financeiros, materiais e humanos para o cumprimento de suas finalidades.

FONTES CAPTADORAS DE RECURSOS

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Formação significa 1. "Modo de criar uma pessoa, forjando-se seu caráter, sua personalidade e sua educação; criação, educação (...)"; 2. "A educação acadêmica de um indivíduo, incluindo-se os cursos concluídos e os títulos obtidos". Ainda de acordo esse Dicionário, trata-se de uma preparação "(...)" que consiste em estudos e práticas voltados para aquele que tem por objetivo tornar-se (...) " um profissional. →



FRALDÁRIO

Espaço especialmente preparado para o cuidado de bebês e crianças.

Ações que visam a incluir os discentes nas atividades institucionais, objetivando oportunidades iguais de acesso e permanência, considerando-se não só a existência de deficiências, mas também diferenças de classe social, gênero, idade e origem étnica.

INCLUSÃO

Parâmetros quantitativos ou qualitativos, cujo objetivo é avaliar o desempenho, detalhando a adequada condução de um processo, assim como seu cumprimento.

INDICADORES DE DESEMPENHO

MICHAELIS

Segundo o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo docente é “relativo ao ensino ou àquele que ensina”, podendo ser entendido como antônimo de discente. →

Trata-se de um indicador criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU) para aferir a qualidade docente, considerando sua titulação.

$$(5D+3M+2E+G)/(D+M+E+G)$$

D=número de doutores;
M=número de mestres;
E=número de especialistas; e
G=número de graduados

ÍNDICE DE QUALIFICAÇÃO DO CORPO DOCENTE (IQCD)

Embora não conste no rol de indicadores, esse índice é um subsídio relevante para a

⚠ Secretaria de Regulação do MEC, bem como para outros órgãos que tenham acesso ao relatório de avaliação da IES/Curso.

Conforme consta na Nota Técnica 16/2017/CGACGIES/DAES, o IQCD não impactará o cálculo dos conceitos das dimensões. A responsabilidade pelo cálculo é da comissão avaliadora que fará uma média ponderada considerando a titulação do corpo docente (vide NT 02/2018/CGACGIES/DAES).

INFRAESTRUTURA DE EXECUÇÃO E SUPORTE

Infraestrutura tecnológica demandada pelos ambientes institucionais, juntamente com serviços de apoio (gestão de hardware, software e de serviços) necessários para garantir plenamente a operação e o funcionamento, garantindo determinado nível de serviço aos usuários.

INICIAÇÃO CIENTÍFICA

Modalidade de pesquisa acadêmica desenvolvida com alunos de graduação, sob orientação docente, visando à iniciação em práticas de pesquisa em diversas áreas do conhecimento.

MICHAELIS

Segundo o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo inovação é o "ato ou efeito de inovar; POR EXT Tudo que é novidade; coisa nova".

INOVAÇÃO

Corpo docente

É importante notar a existência nos instrumentos a existência de diferentes termos, como "inovação tecnológica" e "prática comprovadamente inovadora", por exemplo.

Inovação tecnológica

No caso da inovação tecnológica, tal termo é consagrado e possui definição amplamente divulgada: refere-se ao processo de invenção, adaptação, mudança ou evolução da atual tecnologia, melhorando e facilitando a vida ou o trabalho das pessoas.

Ação inovadora

relaciona-se com a adoção de práticas e procedimentos que oportunizem a criação ou o desenvolvimento de novos produtos ou ideias e permitam a melhoria de processos, apontando para ganhos de eficiência e para a adaptação inédita a situações que se apresentem.

Práticas inovadoras

são aquelas em que a IES/Curso encontrou para instituir uma ação de acordo com as necessidades da sua comunidade acadêmica, seu PDI e seu PPC, e que são raras na região, no contexto educacional ou no âmbito do curso. Para isso, o Curso ou a IES podem se valer de recursos de ponta, criativos, adequados ou pertinentes ao que se deseja alcançar.

Na avaliação in loco, a IES/curso deve ter disponível as evidências que comprovem tais diferenças verificadas que podem caracterizar algo como inovador, diferenciado, exitoso ou recente.



**INSTITUIÇÃO DE
EDUCAÇÃO SUPERIOR (IES)**

Instituições, públicas ou privadas, que oferecem cursos de graduação (cursos superiores de tecnologia, bacharelados e licenciaturas).

É uma estratégia de abordagem e tratamento do conhecimento em que duas ou mais disciplinas/unidades curriculares ofertadas estabelecem relações de método, análise e interpretação de conteúdos, objetivando a apropriação de um conhecimento mais abrangente e contextualizado.

INTERDISCIPLINARIDADE

INTERNACIONALIZAÇÃO

Programas e ações que inserem a IES no contexto internacional por meio de cooperação com outras instituições, transferência de conhecimento, mobilidade acadêmica de docentes e estudantes, alunos estrangeiros matriculados na IES, oferta de disciplinas em língua estrangeira, estímulo a publicações e participação em eventos internacionais, participação em processos avaliativos internacionais, entre outros.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, o termo laboratório significa 1. "Local ou sala especial de trabalho, experimentação e investigações científicas, equipada com aparelhagem específica para pesquisa e experimentos"; .

LABORATÓRIO

Didático

Laboratórios, ambientes e/ou espaços onde se desenvolvem atividades pedagógicas de integração entre teoria e prática.

De ensino para área de Saúde

Laboratórios específicos e multidisciplinares para a abordagem dos diferentes aspectos celulares e moleculares das ciências da vida (incluindo anatomia, histologia, bioquímica, farmacologia, fisiologia/biofísica e técnica operatória).

De habilidade

Objetiva possibilitar aos discentes dos cursos da área de saúde desenvolver habilidades necessárias para realização de práticas e exames clínicos, de forma segura.

MEMÓRIA CULTURAL

Relaciona-se aos documentos que constituem a herança cultural e contêm informações sobre experiências passadas.

METAS OBJETIVAS E MENSURADAS

Quantificação de tarefas específicas para realizar e alcançar determinados objetivos; as metas são temporais e relacionadas a prazos que devem ser determinados para avaliar processos ou projetos, no âmbito da IES.

MOBILIDADE ACADÊMICA

Processo que possibilita ao discente ou docente vinculado a uma IES estudar ou lecionar em outra, estabelecendo vínculo temporário com a IES receptora.

Compreende uma cooperação entre Instituições de Educação Superior, que confere aos alunos a oportunidade de complementar seus estudos e enriquecer a sua formação, tanto por meio dos componentes curriculares, como também pela experiência de entrar em contato com ambientes acadêmicos diferentes.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, monitor é "aquele que, numa escola ou curso, por ter nível mais adiantado, é escolhido para auxiliar o professor junto aos outros alunos".



Para efeito da avaliação externa, trata-se de proporcionar aos discentes participação ativa no âmbito de uma unidade curricular, sob orientação de um docente responsável, com objetivo de contribuir para a melhoria do ensino, promover cooperação acadêmica entre discentes e docentes e fomentar a iniciação à docência.

MONITORIA

“Não se aplica”: indica que não há pertinência com o solicitado.

NÃO SE APLICA (NSA)

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, nivelar é, em sentido figurativo, "pôr(-se) no mesmo nível ou plano de; equiparar(-se), igualar(-se)".

Parte do apoio previsto que a IES e/ou seus cursos disponibilizam para os alunos ingressantes, com o objetivo de sanar dificuldades encontradas no acompanhamento de Unidades Curriculares.

NIVELAMENTO

NÚCLEO DOCENTE ESTRUTURANTE (NDE)

O Núcleo Docente Estruturante (NDE) de um curso de graduação constitui-se de um grupo de docentes, com atribuições acadêmicas de acompanhamento, atuante no processo de concepção, consolidação e contínua atualização do projeto pedagógico do curso.

Número de vagas expressas em ato autorizativo, correspondente ao total anual que a instituição pode distribuir em mais de um processo seletivo. No caso das instituições autônomas, consideram-se autorizadas as vagas aprovadas pelos colegiados acadêmicos competentes e regularmente informadas ao Ministério da Educação.

O número de vagas é parte componente do projeto pedagógico do curso, que é um dos documentos necessários à instrução do pedido de autorização Decreto nº 9.235, de 15 de dezembro de 2017.

NÚMERO DE VAGAS

Na Portaria Normativa nº 20, de 21 de dezembro de 2017, republicada no DOU nº 170 em 03/09/2018, a definição do número de vagas (Art. 14) considerará: "I - o número de vagas solicitado pela IES; e II - o conceito obtido no indicador referente a número de vagas do instrumento de avaliação externa in loco."

Avaliação IN LOCO

O Ofício de Designação é um documento emitido no momento em que a comissão avaliadora é confirmada e a visita já possui data confirmada

OFÍCIO DE DESIGNAÇÃO

O ofício disponibiliza informações relevantes sobre os envolvidos, a saber: Código da avaliação; Número do processo; Nome do Curso; Nome da IES; Endereço a ser visitado; Período de visita (início e fim); Procurador Institucional (nome, e-mail e telefone); Coordenador de curso (nome, e-mail e telefone); Avaliadores (nome, e-mail e telefone); Ponto focal designado.

Também são prestadas informações sobre a logística (passagens aéreas e prestação de contas), sobre valores (diária, adicional de deslocamento e Auxílio de Avaliação Educacional - AAE) e sobre os contatos da equipe de avaliação in loco.

As seguintes orientações são dadas:

Em decorrência do disposto na Portaria nº 840/2018, cumpre observar o seguinte: a) Conforme o § 6º do Art. 6º, a IES poderá inserir versão atualizada do Projeto Pedagógico do Curso (PPC) e/ou do Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI) no sistema eletrônico até dez dias antes do período programado para a visita da comissão avaliadora, sem possibilidade de prorrogação. Orienta-se a comissão a não aceitar versões desses documentos que não estejam apensadas ao sistema eletrônico e-MEC. b) De acordo com o Art. 14, a IES possui um único endereço, cadastrado por ocasião da abertura do processo e constante neste ofício, onde deve ocorrer a visita. Caso haja divergência, é necessário registrar, no relatório, o endereço previsto para seu funcionamento e realizar a visita no local informado pela IES. c) Conforme o § 2º do Art. 13 a comissão deverá, por meio de seu ponto focal, entrar em contato com o responsável na IES pela avaliação até 10 dias antes da data prevista para o início da avaliação in loco e enviar a proposta de agenda de visita.

Cada membro da comissão deverá acessar o FE preenchido pela instituição e proceder à sua análise, assim como do PPC e de toda documentação apensada ao processo. O preenchimento da Análise Preliminar (AP) no formulário do avaliador, antes da visita, é condição imprescindível para o acesso ao formulário eletrônico durante a avaliação in loco. É um único formulário para todos os membros e o seu preenchimento poderá ser acordado entre os integrantes da comissão.

O prazo para fechar e confirmar o relatório de avaliação é de cinco dias após a visita. O fechamento é feito pelo ponto focal da comissão e, posteriormente, todos devem confirmar o relatório.

OUVIDORIA

Serviço de atendimento às demandas da comunidade interna e dos cidadãos, que possibilita o acesso a registros e informações públicas ou restritas ao solicitante, além de receber e responder sugestões, reclamações ou denúncias relacionadas ao serviço prestado pela IES.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Organização é o "conjunto de diretrizes, normas e funções que contribuem para o bom funcionamento de qualquer empreendimento (...); "arrumação ordenada das partes de um todo".



ORGANIZAÇÃO ACADÊMICA

Para fins de avaliação, as Instituições de Educação Superior se organizam academicamente como:

- Faculdades
- Centros universitários
- Universidades



"Inicialmente a instituição é credenciada como faculdade. O credenciamento como universidade ou centro universitário, com as respectivas prerrogativas de autonomia, depende do credenciamento específico de instituição já credenciada, em funcionamento regular e com padrão satisfatório de qualidade. O primeiro credenciamento da instituição tem prazo máximo de três anos, para faculdades e centros universitários, e de cinco anos, para as universidades. O credenciamento deve ser solicitado pela instituição a cada ciclo avaliativo do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (Sinaes)".



MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Patrimônio pode ser entendido como "quaisquer bens materiais ou morais, pertencentes a uma pessoa, instituição ou coletividade".



O Art. 126, da Constituição Federal, estabelece que "Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material e imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (...)".



I - as formas de expressão

II - os modos de criar, fazer e viver

III - as criações científicas, artísticas e tecnológicas

IV - as obras, objetos, documentos, edificações e demais espaços destinados às manifestações artístico-culturais

V - os conjuntos urbanos e sítios de valor histórico, paisagístico, artístico, arqueológico, paleontológico, ecológico e científico

PATRIMÔNIO CULTURAL

Conjunto de bens materiais e imateriais, com reconhecida importância histórica e cultural, representativos da cultura de uma localidade, de um grupo ou de uma sociedade.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Periódico pode ser entendido como "obra ou publicação lançada em intervalos fixos"; (...) jornal, revista etc. que são publicados em intervalos regulares".



A Associação Brasileira de Normas Técnicas, NBR 6023, conceitua "publicação periódica" como: "publicação em qualquer tipo de suporte, editada em unidades físicas sucessivas, com designações numéricas e/ou cronológicas e destinada a ser continuada indefinidamente".

PERIÓDICOS ESPECIALIZADOS

No caso dos periódicos, é necessário obter alguma documentação que demonstre que os títulos publicados estarão à disposição dos interessados por um prazo determinado. Essa recomendação vale, também, para os casos dos periódicos de acesso gratuito, disponibilizados diretamente pela instituição responsável ou pelos agregadores como Scielo. Dessa forma, é necessário que sejam listados os nomes e ISSN das revistas, jornais, boletins, etc. e não o nome da biblioteca virtual ou dos repositórios.

Para fins da avaliação externa, tratam-se de publicações científicas e acadêmicas que podem disponibilizar artigos, resenhas, resumos de pesquisa, entre outros. Os artigos são escritos por pesquisadores, cientistas e professores, e submetidos à avaliação por pares. Pode ser uma publicação eletrônica e/ou impressa que, como o nome indica, tem edições periódicas.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, "plano" pode ser, dentre outras coisas: 1. "Conjunto de operações programadas para um determinado fim"; 2. "Programa que envolve medidas governamentais para atingir um objetivo". →

Dicionário Financeiro

Segundo o Dicionário Financeiro, plano de ação é uma ferramenta de gestão que "tem como base a elaboração de uma lista com todos os passos necessários para atingir um determinado objetivo. Além de desdobrar a tarefa em etapas, um bom plano de ação também prevê quem irá executar cada atividade, em qual prazo e com quanto de orçamento". →

PLANO DE AÇÃO

Para avaliação externa, quando se aborda a expressão "plano de ação", espera-se que a IES ou o curso apresentem um documento estabelecendo: objetivos, atividades e ações a serem desempenhadas, cronograma e responsáveis.

MICHAELIS

Segundo o Dicionário Michaelis, Contingência é uma "dúvida quanto à possibilidade de uma coisa acontecer ou não"; ou um "fato cuja ocorrência é possível, porém incerta; eventualidade, imprevisto".

PLANO DE CONTINGÊNCIA



De acordo com a Enciclopédia Knowoow.net, Plano de Contingência é um “tipo de plano preventivo, preditivo e reativo. Apresenta uma estrutura estratégica e operativa que ajudará a controlar uma situação de emergência e a minimizar as suas consequências negativas. O plano de contingência propõe uma série de procedimentos alternativos ao funcionamento normal de uma organização, sempre que alguma de suas funções usuais se vê prejudicada por uma contingência interna ou externa. Essa classe de plano procura, portanto, garantir a continuidade do funcionamento da organização face a quaisquer eventualidades, sejam estas materiais ou pessoais. Um plano de contingência inclui quatro etapas básicas: a avaliação, a planificação, as provas de viabilidade e a execução.”

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Plano significa: 1. "Projeto ou esboço de uma construção representado horizontalmente" e 2. "Conjunto de operações programadas para um determinado fim".



Instrumento de planejamento e gestão, que considera a identidade da IES no âmbito da sua filosofia de trabalho, da missão a que se propõe, das estratégias para atingir suas metas e objetivos, da sua estrutura organizacional, do Projeto Pedagógico Institucional, observando as diretrizes pedagógicas que orientam suas ações e as atividades acadêmicas e científicas que desenvolve ou visa a desenvolver.

PLANO DE DESENVOLVIMENTO INSTITUCIONAL (PDI)

O PDI deve ser mantido atualizado e coerente com a organização acadêmica da IES e contemplar também: I - missão, objetivos e metas da instituição em sua área de atuação e seu histórico de implantação e desenvolvimento, se for o caso; II - projeto pedagógico da instituição, que conterà, entre outros, as políticas institucionais de ensino, pesquisa e extensão; III - cronograma de implantação e desenvolvimento da instituição e de cada um de seus cursos; IV - organização didático-pedagógica da instituição; V - oferta de cursos e programas de pós-graduação lato e stricto sensu, quando for o caso; VI - perfil do corpo docente e de tutores de educação a distância; VII - organização administrativa da instituição e políticas de gestão; VIII - projeto de acervo acadêmico em meio digital; IX - infraestrutura física e instalações acadêmicas; X - demonstrativo de capacidade e sustentabilidade financeiras; XI - oferta de educação a distância. Tais pontos específicos encontram-se detalhados no Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017.



Plano Nacional de Educação

PNE

Segundo o MEC, o "Plano Nacional de Educação (PNE) determina diretrizes, metas e estratégias para a política educacional dos próximos dez anos. O primeiro grupo são metas estruturantes para a garantia do direito a educação básica com qualidade, e que assim promovam a garantia do acesso, à universalização do ensino obrigatório, e à ampliação das oportunidades educacionais. Um segundo grupo de metas diz respeito especificamente à redução das desigualdades e à valorização da diversidade, caminhos imprescindíveis para a equidade. O terceiro bloco de metas trata da valorização dos profissionais da educação, considerada estratégica para que as metas anteriores sejam atingidas, e o quarto grupo de metas refere-se ao ensino superior".

Meta 12

Elevar a taxa bruta de matrícula na Educação Superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 a 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

Meta 13

Elevar a qualidade da Educação Superior pela ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de Educação Superior para 75%, sendo, do total, no mínimo, 35% doutores.

"O Ministério da Educação se mobilizou de forma articulada com os demais entes federados e instâncias representativas do setor educacional, direcionando o seu trabalho em torno do plano em um movimento inédito: referenciou seu Planejamento Estratégico

⚠️ Institucional e seu Plano Tático Operacional a cada meta do PNE, envolveu todas as secretarias e autarquias na definição das ações, dos responsáveis e dos recursos. A elaboração do Plano Plurianual (PPA) 2016-2019 também foi orientada pelo PNE", em <http://pne.mec.gov.br/>.

Políticas desenvolvidas no âmbito institucional, com o propósito de seguir missão proposta pela IES, buscando atender ao Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI).

POLÍTICAS INSTITUCIONAIS

Unidade acadêmica e operacional descentralizada, em que se desenvolvem atividades presenciais relativas aos cursos ofertados na modalidade a distância.

POLO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo pós-graduação está relacionado ao “grau de ensino que qualifica aqueles que possuem diploma universitário e visa aprofundar os conhecimentos adquiridos na graduação, além de oferecer especialização nas várias áreas de conhecimentos”



A Resolução CNE/CES 01, de 06 de abril de 2018, em seu Art 1º, estabelece que os "Cursos de pós-graduação lato sensu denominados cursos de especialização são programas de nível superior, de educação continuada, com os objetivos de complementar a formação acadêmica, atualizar, incorporar competências técnicas e desenvolver novos perfis profissionais, com vistas ao aprimoramento da atuação no mundo do trabalho e ao atendimento de demandas por profissionais tecnicamente mais qualificados para o setor público, as empresas e as organizações do terceiro setor, tendo em vista o desenvolvimento do país"

PÓS-GRADUAÇÃO LATO SENSU (ESPECIALIZAÇÃO)

"O corpo docente do curso de especialização será constituído por, no mínimo, 30% (trinta por cento) de portadores de título de pós-graduação stricto sensu, cujos títulos tenham sido obtidos em programas de pós-graduação stricto sensu devidamente reconhecidos pelo poder público, ou revalidados, nos termos da legislação pertinente" (Art. 9º, Resolução CNE/CES 01/2018).

Em seu Art. 7º, a Resolução CNE/CES 01/2018, prevê que "Para cada curso de especialização será previsto Projeto Pedagógico de Curso (PPC), constituído, dentre outros, pelos seguintes componentes:

- I - matriz curricular, com a carga mínima de 360 (trezentos e sessenta) horas, contendo disciplinas ou atividades de aprendizagem com efetiva interação no processo educacional, com o respectivo plano de curso, que contenha objetivos, programa, metodologias de ensino aprendizagem, previsão de trabalhos discentes, avaliação e bibliografia;
- II - composição do corpo docente, devidamente qualificado;
- III - processos de avaliação da aprendizagem dos estudantes;

Parágrafo único. Quando o curso de especialização tiver como objetivo a formação de professores, deverá ser observado o disposto na legislação específica".

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo pós-graduação está relacionado ao “grau de ensino que qualifica aqueles que possuem diploma universitário e visa aprofundar os conhecimentos adquiridos na graduação, além de oferecer especialização nas várias áreas de conhecimentos”.



No contexto da avaliação da educação superior, trata-se de um Curso que outorga título de mestre ou doutor, constituído para favorecer a pesquisa científica e o treinamento avançado. Seu objetivo é proporcionar ao estudante aprofundamento do saber que lhe permita alcançar elevado padrão de competência científica ou técnico-profissional e oferecer, dentro da instituição, o ambiente e os recursos necessários para que se realize a livre investigação científica.

PÓS-GRADUAÇÃO STRICTO SENSU

⚠ Especificamente a pós-graduação *stricto sensu* “curso de especialização dividido em mestrado e doutorado, sendo o primeiro voltado para a formação de docentes em determinada área de conhecimento, exigindo defesa de dissertação, enquanto o doutorado forma pesquisadores e inclui defesa de tese, com tema original, que contribua para a ciência”.

Podem ser considerados como produção científica, cultural, artística e tecnológica: livros, capítulos de livros, material didático institucional, artigos em periódicos especializados, textos completos em anais de eventos científicos, resumos publicados em anais de eventos internacionais, propriedade intelectual depositada ou registrada, produções culturais, artísticas, técnicas e inovações tecnológicas relevantes. Publicações nacionais sem Qualis e regionais também devem ser consideradas como produção, considerando sua abrangência.

**PRODUÇÃO CIENTÍFICA,
CULTURAL, ARTÍSTICA E
TECNOLÓGICA**



MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis, Projeto significa 1. "Propósito de executar algo", 2. Plano detalhado de um empreendimento a ser realizado, 3. Esboço de trabalho que se pretende realizar. →

Documento que representa o planejamento e organização do curso, sendo insumo formal e estruturante da oferta de serviço de ensino. Possui parâmetros que orientam o cotejamento entre o realizado e o almejado para um curso de graduação, em diferentes aspectos. Deve refletir as condições concretas de oferta de um curso de graduação, observados seus elementos constituintes e previsões estabelecidas no âmbito do curso, obedecidas as Diretrizes Curriculares Nacionais.

PROJETO PEDAGÓGICO DE CURSO (PPC)

Nesse contexto, o projeto aborda, por exemplo, o número de vagas a serem ofertadas, os turnos de funcionamento do curso, sua carga horária, assim como os programas do curso, suas metodologias, tecnologias e materiais didáticos. No PPC se preveem também os recursos tecnológicos e demais elementos acadêmicos intervenientes no curso, incluídos o necessário alinhamento da infraestrutura física, tecnológica e de pessoal a sustentar a plena oferta do curso, especialmente de polos de educação a distância do curso, quando for o caso, como aponta o Decreto 9.235, de 15 de dezembro de 2017, dentre outros elementos que podem variar entre os diversos cursos de graduação existentes e suas necessidades formais de planejamento e organização.

Conforme previsto no Parecer CES/CNE 146/2002, as instituições de ensino superior deverão, na composição dos seus projetos pedagógicos, definir, com clareza, os elementos que lastreiam a própria concepção do curso, o seu currículo pleno e sua operacionalização [...] (p. 9).

No escopo da autonomia para a elaboração do PPC, recupera-se ainda no Parecer CNE/CES 67/2003 que as Diretrizes Curriculares Nacionais ensejam a flexibilização curricular e a liberdade de as instituições elaborarem seus projetos pedagógicos para cada curso segundo uma adequação às demandas sociais e do meio e aos avanços científicos e tecnológicos, conferindo-lhes uma maior autonomia na definição dos currículos plenos dos seus cursos (pp. 5-6).

Em alguns indicadores do Instrumento de Avaliação Institucional Externa, verifica-se que a condição para atingir o conceito 5 é a “existência de recursos tecnológicos diferenciados” ou de uma “infraestrutura tecnológica diferenciada”.

Da mesma forma que o termo “inovação”, esses devem ser interpretados relativamente ao contexto em que a IES/Curso está inserido, ao PDI/PPC, à situação socioeconômica, entre outros.

RECURSOS TECNOLÓGICOS DIFERENCIADOS

Os recursos tecnológicos diferenciados (ou a infraestrutura tecnológica diferenciada) devem possuir algum grau de inovação com relação ao comumente adotado e, também, devem estar em sintonia com o contexto, de forma a fazer diferença efetiva para as atividades desenvolvidas.



Na avaliação in loco, a IES/curso deve ter disponível as evidências que comprovem tais diferenças verificadas que podem caracterizar algo como inovador, diferenciado, exitoso ou recente.

Também, portanto, joga papel central a sua interpretação situada e finalística.

Por situado entende-se o alinhamento de todas essas variáveis do cenário e circunstanciais com a política pedagógica e a tecnologia adotada. A natureza finalística retoma o plano de desenvolvimento e os projetos pedagógicos no que tange aos seus objetivos formativos e, portanto, ao perfil do egresso e suas competências.

Parte de uma rede física que conecta duas ou mais interfaces ou dispositivos de rede lógicos (entidades de software conhecidas para um sistema operacional). Há um Mapeamento “um-para-um” entre uma interface/dispositivo de rede física e uma interface/dispositivo de rede lógica, permitindo a troca de pacotes de dados.



REDE LÓGICA

REDUNDÂNCIA

Capacidade de um sistema em superar falhas de um de seus componentes por meio do uso de recursos redundantes. A redundância pressupõe a existência de dispositivo adicional (secundário) para ser usado imediatamente em caso de falhas do dispositivo primário.

CONSULTAR DOCENTE

 Clique aqui

**REGIME DE TRABALHO
DOCENTE**

MICHAELIS

De acordo com o dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>), o termo relato está associado a uma “narração escrita ou oral sobre um fato ocorrido”.

Na avaliação da educação superior, refere-se o termo ao documento que contempla um relato avaliativo do PDI, uma síntese histórica dos resultados dos processos avaliativos internos e externos da IES e uma síntese histórica do planejamento de ações acadêmico-administrativas decorrentes dos resultados das avaliações.

RELATO INSTITUCIONAL

Para os critérios de análise dos indicadores 3.6 (Bibliografia básica por Unidade Curricular) e 3.7 (Bibliografia complementar por Unidade Curricular) o NDE assume o protagonismo com relação ao acervo, compatibilizando-o ao projeto pedagógico, à matriz curricular e ao perfil do corpo docente. Espera-se que, nessa perspectiva, o NDE se responsabilize pela definição do tipo de acervo que estará disponível (físico, virtual ou misto) e pela definição do quantitativo de exemplares ou assinaturas (conforme o caso) que será ofertado aos discentes.

RELATÓRIO DE ADEQUAÇÃO DOS INDICADORES BIBLIOGRAFIA BÁSICA E COMPLEMENTAR

O NDE assume, assina e referenda para todos os fins, junto ao Inep e às Secretarias do MEC, que as condições ofertadas neste quesito são suficientes (haja vista que o atributo se enquadra para obtenção do conceito 3). Não se pretende um modelo padronizado, busca-se um relatório amparado por estudos sistemáticos e periódicos.

Essa responsabilidade imputou ao NDE de cada curso a necessidade de proceder a um estudo sistemático e profundo para estabelecer os títulos e o quantitativo para as unidades curriculares. Desse estudo deverá ser produzido um relatório capaz de comprovar a compatibilidade de cada bibliografia com o número de vagas ofertadas e a quantidade de exemplares. Observando o princípio que as IES possuem objetivos e realidades distintas, entende-se que a definição a priori da relação adequada entre essas variáveis não é desejável neste momento.

MICHAELIS

O Dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>) traz que o termo relatório significa “1 Exposição por escrito sobre a sequência de um acontecimento qualquer. 2 Descrição minuciosa e circunstanciada dos fatos ocorridos na gerência de administração pública ou de sociedade. 3 Exposição por escrito sobre as circunstâncias em que está redigido um documento ou projeto, acompanhado dos argumentos que militam a favor ou contra a sua adoção”.



No contexto de avaliação externa, tal qual o nome sugere, relatório de estudo é a apresentação dos resultados de um estudo realizado pela IES que tem como base o perfil do egresso para o curso em questão e que busca relacioná-lo com atributos cuja presença impactará no atingimento das competências retratadas no perfil.

RELATÓRIO DE ESTUDO

Observa-se, nos instrumentos, que se busca responder se as características do corpo docente como titulação, experiência profissional, experiência no exercício da docência na modalidade presencial e a distância, experiência em tutoria foram idealizadas para conseguir formar o egresso previsto no PPC.

MICHAELIS

De acordo com o Dicionário Michaelis On-line, o termo repositório refere-se ao 1. Lugar onde se guardam coisas; depósito e 2 Coleção de peças, informações etc.; inventário, repertório. →

Segundo o Leite, Amaro, Batista e Costa (2012, p. 7), “Todo repositório institucional de acesso aberto pode ser considerado um tipo de biblioteca digital. Entretanto, nem toda biblioteca digital pode ser considerada um repositório institucional. Um repositório institucional de acesso aberto constitui um serviço de informação científica - em ambiente digital e interoperável - dedicado ao gerenciamento da produção científica e/ou acadêmica de uma instituição”. A visibilidade e fácil recuperação de informação relevante acerca dos trabalhos produzidos é uma das vantagens do aparato, contribuindo para que a relevância social da produção científica/acadêmica dos cursos de graduação e Instituições de Educação Superior seja realçada.

REPOSITÓRIO INSTITUCIONAL

A implantação do RI engloba articulação institucional, fato que não impede a avaliação do quesito no curso de graduação, pois este último é o beneficiado imediato pela disseminação do conhecimento produzido em seu escopo de atuação ou área do conhecimento, não existindo impedimento para implantação da solução sob diferentes formas de abrangência ou organização na instituição. O caso é análogo ao abordado no indicador 1.1 (Políticas institucionais no âmbito do curso), onde se avalia a implantação de políticas institucionais no âmbito específico de cada curso de graduação. O mesmo pode ser dito, por exemplo, da “divulgação de manuais atualizados de apoio à produção dos trabalhos”, no indicador 1.11 (Trabalhos de conclusão de curso) - que tratam de normatizações transversais entre cursos/áreas com reflexo na organização da produção acadêmica realizada em cursos de graduação específicos.

Referências

F. LEITE; B. AMARO; T. BATISTA; M. COSTA. Boas práticas para a construção de repositórios institucionais da produção científica. Brasília: Instituto Brasileiro de Informação em Ciência e Tecnologia, 2012.

RESPONSABILIDADE SOCIAL DA IES

Refere-se às ações da instituição (com ou sem parceria) que contribuem para uma sociedade mais justa e sustentável, considerando trabalhos, ações, atividades, projetos e programas desenvolvidos voltados à comunidade, objetivando a inclusão social, o desenvolvimento econômico e a melhoria da qualidade de vida e da infraestrutura local.

**CONSULTAR PERIÓDICOS
ESPECIALIZADOS**

 Clique aqui

**REVISTA
ACADÊMICO-CIENTÍFICA**

Para fins de avaliação externa in loco, as salas de apoio de informática são espaços destinados aos discentes, docentes e técnico-administrativos em que são disponibilizados equipamentos de informática para uso geral, desde a consulta ao acervo virtual (quando houver) até o estudo e a realização de trabalhos acadêmicos.

SALA DE APOIO À
INFORMÁTICA

SEDE DA IES

A sede da IES, como locus da política institucional, responde acadêmica e financeiramente pela organização do conjunto de ações e atividades da gestão político-pedagógica e administrativa de programas e cursos.



“Segurança da informação é a proteção da informação de vários tipos de ameaças para garantir a continuidade [das operações de uma organização] (...). É obtida a partir da implementação de um conjunto de controles adequados, incluindo políticas, processos, procedimentos, estruturas organizacionais e funções de software e hardware. Estes controles precisam ser estabelecidos, implementados, monitorados, analisados criticamente e melhorados, onde necessário, para garantir que os objetivos do negócio e de segurança da organização sejam atendidos” (ABNT NBR ISSO/IEC 27002).

**SEGURANÇA DA
INFORMAÇÃO**

MICHAELIS

No Dicionário Michaelis (em <http://michaelis.uol.com.br>) o termo subjetividade se refere ao "1 Caráter ou qualidade de subjetivo", sendo antônimo de objetividade. →

Pode-se entender a a subjetividade como uma característica própria de alguém que julga um fato, enquanto subproduto dos processos percepto-cognitivos humanos e sempre estará presente, em maior ou menor grau, a depender do esforço pessoal para fazer emergir à consciência suas convicções prévias, estereótipos e, no limite, pré-conceitos.

No contexto do instrumento a discussão se aproxima de um caráter epistemológico quando o termo é contraposto à objetividade, quase como um critério de demarcação. Ou, sob outra perspectiva, talvez complementar, pode se aproximar de uma discussão metodológica/instrumental sobre a natureza dos dados: quantitativo ou qualitativo.

SUBJETIVIDADE

Não houve perda de objetividade ao retirar, em sua quase totalidade, os parâmetros numéricos. Nesse aspecto, cabe ressaltar que a troca de critérios quantitativos por qualitativos, em particular na perspectiva de que a presença de um atributo é um parâmetro de qualidade, não torna o instrumento subjetivo nem o transforma em indutor de subjetividade.

Em muitos casos o adjetivo "subjetivo" tem sido adotado no sentido de sugerir que o instrumento tem pouco controle com relação à escala adotada e/ou com relação às variáveis ou atributos a serem avaliados. Dito de outra forma, ou é subjetivo porque o agente da avaliação deixou que suas impressões pessoais e seus modelos mentais guiassem o olhar sobre os fatos, independente da realidade, deixando o julgamento viesado, ou é subjetivo porque o instrumento admite ou impõe a condição anterior.

Capacidade de gestão do orçamento de acordo com políticas e estratégias de administração acadêmica, com vistas à eficácia na obtenção e na utilização dos recursos financeiros necessários ao cumprimento das metas e das prioridades estabelecidas.

SUSTENTABILIDADE FINANCEIRA

O TCC institucionalizado pressupõe que há evidências que comprovem a sua implementação efetiva ou da preparação da sua implementação, a depender do ato que está sendo avaliado, devendo estar efetivamente integrado às rotinas acadêmicas, com fluxos administrativos definidos dentro da IES.

Como exemplo de evidências temos: a disponibilização da documentação de sua implementação (ex.: regimentos, portarias e manuais); as portarias de formalização dos orientadores; a portaria com os critérios de admissão dos discentes aptos cumprir esta unidade curricular; os documentos explicitando os tipos e padrões de apresentação, condução e avaliação permitidos. Além disso, o processo deve estar em funcionamento (ou em condições de funcionar, considerando a possibilidade de que, mesmo sendo reconhecimento, a visita ocorra em momento que o TCC ainda não se iniciou no curso) e deve ser de conhecimento das partes interessadas.

TCC INSTITUCIONALIZADO

Exemplo bem definido de um processo que envolve o TCC devidamente institucionalizado seria: a ficha catalográfica. Essa, geralmente, é realizada pelo setor de biblioteca da IES. Nesse contexto, a IES deve informar ao estudante ou seu orientador o fluxo processual para a emissão das fichas. Da mesma forma, deve existir um fluxo para depósito das monografias na biblioteca (versão física) e no repositório institucional (versão digital) da IES.

Assim, os demais atributos relacionados aos critérios de análise, qualificam a implementação ou preparação da implementação. Por exemplo, a instituição já pode ter implementada a elaboração do TCC, mas isso não ser considerado na carga horária ou não haver processos sistematizados de orientação (como escolha de orientadores, preparação da apresentação/defesa dos trabalhos, etc.).

Da mesma forma, os alunos podem ser solicitados a elaborar o TCC como requisito para obtenção do título e a instituição não oferecer suporte documental (manuais, guias de estilo ou modelos) para a elaboração do documento. Pode, da mesma forma, não haver repositório (ou previsão de um) para organização e disponibilização dos trabalhos apresentados.

Recursos didáticos constituídos por diferentes mídias e tecnologias, síncronas e assíncronas, tais como: ambientes virtuais e suas ferramentas; redes sociais e suas ferramentas; fóruns eletrônicos; blogs; chats; tecnologias de telefonia; teleconferências; videoconferências; TV; rádio; programas específicos de computadores (softwares); objetos de aprendizagem; conteúdos disponibilizados em suportes tradicionais ou em suportes eletrônicos.

TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO

TITULAÇÃO ACADÊMICA

⚠ A qualidade passa a ser demarcada pela correlação entre os atributos, tanto de maneira discreta (ou seja, pela sua presença ou ausência) quanto pela variabilidade da complexidade que ele pode possuir.

No caso do indicador em questão, a pergunta que guiou a construção dos critérios de análise foi: quais os diferenciais em termos de qualidade que um corpo docente composto essencialmente de doutores (e mestres) pode imprimir ao processo de ensino/aprendizagem?

Entende-se que, um corpo docente mais bem qualificado tem maior probabilidade de conseguir realizar as ações demandadas nos critérios de análise e que a titulação é, sem dúvida, um marco para essa qualificação (mas, não o único).

A titulação acadêmica, no contexto deste instrumento de avaliação, refere-se especificamente aos títulos de mestrado e doutorado emitidos por programas de pós-graduação stricto sensu ofertados por instituições de ensino e pesquisa recomendados pela CAPES e autorizados pelo MEC, ou validados conforme Lei 9.394/96 (Art. 48).

Os instrumentos anteriores de avaliação externa para cursos de graduação possuíam a mesma redação e abordavam quantitativamente este tema, procedendo uma razão entre o número de docentes com stricto sensu e o número total de docentes.

Nos novos instrumentos foi mantido o termo “titulação” o objeto de avaliação, a despeito da mudança do caráter puramente quantitativo, por ter sido este um guia na escolha dos atributos, assumindo que a qualidade está no cumprimento dos critérios de análise, independente do conjunto das titulações do corpo docente. A discriminação do corpo docente está ancorada na presença de atributos cujas evidências sejam verificadas.

O tombamento, para efeito da avaliação externa in loco, significa que o material do acervo físico (ex.: livro, CD-ROM, fotos, outros) deve ter um número de entrada, ter sido catalogado (descrição informacional dos documentos) e estar sob a guarda da Instituição. O critério de análise, tanto para a bibliografia básica quanto para a complementar, também demanda que esteja em sistema informatizado e devidamente registrado em nome da IES (ex.: Pergamum). Finalmente, cabe ressaltar que a situação do comprovante de aquisição do acervo (ex.: nota fiscal) estar em nome da mantenedora não caracteriza incompatibilidade com o que foi previamente solicitado, previsto pelos itens dos instrumentos de avaliação.

TOMBAMENTO

MICHAELIS

Segundo o Dicionário Michaelis, tutoria refere-se ao "[c]argo ou autoridade de tutor".

Para Souza, Spanhol, Limas e Cassol (2004)*, "[a] tutoria pode ser entendida como uma ação orientadora global, chave para articular a instrução e o educativo. O sistema tutorial compreende, desta forma, um conjunto de ações educativas que contribuem para desenvolver e potencializar as capacidades básicas dos alunos, orientando-os a obterem crescimento intelectual e autonomia, e para ajudá-los a tomar decisões em vista de seus desempenhos e suas circunstâncias de participação como aluno."

TUTORIA (NA MODALIDADE A DISTÂNCIA)

Para os mesmos autores, "[a] tutoria visa a orientação acadêmica, acompanhamento pedagógico e avaliação da aprendizagem dos alunos a distância.[...] O subsistema de tutoria, muito mais que um aspecto estrutural e de assistência ao estudante, deve ser visto como o atendimento à educação individualizada e cooperativa e numa abordagem pedagógica centrada no ato de aprender que põe à disposição do estudante-adulto recursos que lhe permitem alcançar seus objetivos no curso, de forma mais autônoma possível."

Destacam-se, para Almeida e Amaral (2017)**, quatro competências necessárias ao bom desempenho das atividades de tutoria: "pedagógicas; socioafetivas; tecnológicas; e autoavaliativas."

*Souza, C. A.; Spanhol, F. J.; Limas, J. C. O.; Cassol, M. P. Tutoria na Educação a Distância. 2004. Disponível em: <<https://bit.ly/2RujpXP>>

**Almeida, T. M. e Amaral, A. S. Competências essenciais na tutoria para um bom desempenho dos estudantes na modalidade a distância. XIV EVIDOSOL e XI CILTEC. 2017. disponível em <<https://bit.ly/2HqzBuq>>.

Conjunto definido e delimitado de conhecimentos ou técnicas, relacionados a determinado programa de estudos e atividades, a serem desenvolvidas durante um período letivo, em um número de horas/aula estabelecido.

UNIDADE CURRICULAR

portal.inep.gov.br



FALE CONOSCO

0800 616161

Autoatendimento

CONTATOS

61 2022 3480

avaliacaoinloco@inep.gov.br